

Gramsci e a educação: sobre o significado de uma educação de formação integral

Gramsci and education: on the meaning of integral education

Gramsci y la educación: sobre el significado de una educación integral

Anita Helena Schlesener*

 <https://orcid.org/0000-0002-5185-2604>

Resumo: Este artigo retoma alguns aspectos dos escritos de Gramsci para acentuar a importância de uma educação integral para a formação dos trabalhadores, no contexto de sua formação e emancipação política. O significado da educação de formação integral, objetivo desta pesquisa, insere-se no contexto das relações de hegemonia e da formação de um projeto alternativo de sociedade, que implica a relação entre política, economia e cultura. A hegemonia assume novas formas à medida das mutações do modo de produção capitalista e demonstra que a política adquire uma dimensão ideológica e cultural, tendo nos trabalhadores e subalternos os sujeitos e destinatários de uma pedagogia de preparação para o trabalho. A análise da pedagogia gramsciana não pode ser dissociada de sua teoria do conhecimento e de sua concepção política, tendo a filosofia da práxis como pressuposto central. A metodologia aplicada é o materialismo histórico, com base essencialmente bibliográfica.

Palavras-chave: Hegemonia. Educação integral. Gramsci.

Abstract: This article addresses certain aspects of Gramsci's writings to highlight the importance of integral education for workers' development, in the context of their political instruction and emancipation. The concept of integral education, the focus of this research, is situated within the context of hegemonic relations and the development of an alternative societal project that entails the interplay of politics, economics, and culture. Hegemony takes new forms as the capitalist mode of production evolves, demonstrating that politics acquires ideological and cultural dimensions, in which workers and subaltern groups are both the subjects and the intended recipients of a pedagogy designed to prepare them for work. Any analysis of Gramscian pedagogy must be grounded in the philosophy of praxis, as it cannot be divorced from his theory of knowledge and his political conception. This study employs the historical materialism methodology to develop the literature review.

Keywords: Hegemony. Integral education. Gramsci.

* Docente da Universidade Tuiuti do Paraná. Mestrado em Educação (PUC-SP). Doutorado em História (UFPR). Pós-Doutorado em Educação (UNICAMP – 2016 e UNIROMA – 2026) Bolsista Produtividade em Pesquisa – CNPq. E-mail: <anitahelena1917@gmail.com>.

Resumen: Este artículo revisita ciertos aspectos de los escritos de Gramsci para resaltar la importancia de la educación integral en el desarrollo de los trabajadores, en el marco de su formación política y de su emancipación. El concepto de educación integral —objeto de esta investigación— se sitúa en el contexto de las relaciones hegemónicas y el desarrollo de un proyecto social alternativo que conlleva la interacción entre política, economía y cultura. La hegemonía adopta nuevas formas a medida que evoluciona el modo de producción capitalista, lo que demuestra que la política adquiere una dimensión ideológica y cultural en la que los trabajadores y los grupos subalternos son, a la vez, sujetos y destinatarios de una pedagogía diseñada para prepararlos para el trabajo. Todo análisis de la pedagogía gramsciana debe fundamentarse en la filosofía de la praxis, pues no puede desvincularse de su teoría del conocimiento ni de su concepción política. El estudio emplea una metodología histórico-materialista y se basa principalmente en una revisión bibliográfica.

Palabras clave: Hegemonía. Educación integral, Gramsci.

Introdução¹

No Estado dos Conselhos, a escola representará uma das atividades públicas mais importantes e essenciais (Gramsci, 1987, p. 99).

O tema que abordamos aqui faz parte de uma pesquisa que desenvolvemos há algum tempo, com o objetivo de salientar a importância de uma educação integral para a formação dos trabalhadores, no contexto de sua formação e de sua emancipação política. Trata-se de contrapor o significado de educação integral, como formação de um modo de vida e de sociedade, a um conceito assumido pela estrutura capitalista, que reduz a temática à mera extensão do tempo escolar. Para entender as raízes destes condicionantes, temos como aporte teórico o materialismo histórico, em especial os escritos gramscianos que orientam a abordagem da noção de educação integral, cara ao marxismo e fundamental para a construção de um projeto de sociedade.

Entendemos que o tema é relevante neste primeiro quarto do século XXI, quando se assiste a uma reconfiguração do capitalismo que, com a inserção de novas tecnologias, visa a reduzir as classes trabalhadoras, que já não se reconhecem como tais, a um estado de desemprego e extrema miséria. A intensa concentração de riquezas e as novas formas de exploração e expropriação do trabalho, juntamente com a ampliação da exploração da natureza na busca de novas formas de produção de energia, nos colocam diante de guerras iminentes, do aumento dos fluxos migratórios e do consequente agravamento das desigualdades sociais, com a amplificação da desordem das relações internacionais, com genocídios e guerras híbridas (Bandeira, 2017; Arrighi, 1996).

Nestas condições, a grande conquista do capitalismo, com a implementação de políticas neoliberais, foi “elidir o caráter de classe das opções econômico-políticas” (Dias, 1999, p. 119), tendo como suporte teórico a ideologia neoliberal, estimulada e divulgada pelos meios de comunicação de massa; este processo “torna invisível para o conjunto da população a situação de exclusão radical a que ela está submetida” e que forma a sua subjetividade (Dias, 1999, p. 123). Esta invisibilidade se acentua com o desconhecimento do processo de formação social, na medida em que se veiculam falsas narrativas nos meios de comunicação de massa, o que agrava a alienação já consolidada pela estrutura social e política vigente.

“Um dos principais elementos de subordinação do pensamento e das práticas das classes subalternas, no sentido gramsciano, é precisamente a brutal dificuldade de elas elaborarem a sua própria identidade” (Dias, 1999, p. 33). Com a diluição das possibilidades de um saber crítico construído coletivamente em suas organizações políticas e culturais (a partir das novas tecnologias

¹ Esta pesquisa está isenta de uso de ferramentas de IA. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que não envolve seres humanos.

digitais, que se baseiam em algoritmos que pressupõem a lógica analítica), as classes subalternas não conseguem elaborar uma concepção de mundo abrangente nem oferecer respostas concretas aos problemas econômicos e sociais que enfrentam em seu cotidiano.

Para Dias (1999, p. 33), tais problemas são próprios da educação, a partir da qual o pensamento das classes subalternas “é construído errática e fragmentariamente, a partir de sua inserção subordinada na estrutura social”. Isto se aplica ao sistema educacional, que transmite o conhecimento de forma fragmentada, descontextualizada e analítica, o que faz com que a totalidade da existência das classes subalternas, que é “rica e contraditória, seja tendencialmente reduzida à cotidianidade, à imediatividade”, à romantização das histórias individuais, à abstração dos conceitos, de modo a reduzi-las ao horizonte ideológico constituído pela racionalidade instrumental que sustenta a ordem do capital, ou seja, “fundamentalmente ao campo econômico-corporativo de sua reprodução pura e simples”.

A luta de classes tem uma perspectiva econômica, social, política e ideológica ou cultural. A educação integral pressupõe que, no capitalismo, vive-se permanentemente a luta de classes, mais latente do que ostensiva. Autores como Marx (2009; 2010) e Gramsci (1975; 1977; 1980; 1987) podem ser entendidos como clássicos, no sentido de que analisam o contexto conjuntural de suas épocas e, na medida em que suas análises tratam das relações de produção capitalistas, abrem perspectivas de reflexão e compreensão da realidade presente.

A atualidade do pensamento de Gramsci reside precisamente no fato de enfatizar a necessidade de uma educação integral para as classes subalternas, como meio e instrumento de emancipação política, com a perspectiva de construir uma nova ordem social. A educação integral, que se depreende de seus escritos, é relevante para a formação da autonomia dos sujeitos e de sua consciência política, possibilitando a participação efetiva no movimento de construção social sedimentado na identidade de classe.

O projeto pedagógico gramsciano fundamenta-se em uma gnoseologia que se expressa na relação entre conteúdo e forma no âmbito da filosofia da práxis, articulada a um projeto de formação de um novo homem, no qual o trabalho se apresenta como manifestação e construção da vida, e não como forma de acumulação a partir da alienação humana, como se estruturou no domínio do capital (Marx, 2009). A defesa de uma educação integral é de fundamental importância para a construção de uma nova ordem social e política, pois é por meio dela que se conquista a autonomia intelectual, que se constitui em pensamento livre. Educação integral implica a possibilidade de emancipação social e política, expressão de liberdade, pressupondo que “temos que emancipar a nós mesmos antes de emancipar outros” (Marx, 2010, p. 34), ou seja, superar a alienação na qual estamos inseridos, a partir dos limites impostos pela sociedade capitalista. O caminho, como o propõem nossos autores, é partir das condições historicamente dadas, ou seja, entender o homem em suas relações sociais, enquanto totalidade histórica, para formar novas relações de trabalho, conjuntamente a um novo modo de pensar e de entender a realidade vivida.

Da perspectiva educacional, tem-se a necessidade de “privilegiar a ideia de politécnica e rejeitar a ideia de formação polivalente”, entendendo-se que a primeira se vincula ao “trabalho produtivo sem a cisão manual/intelectual e ao desenvolvimento científico-tecnológico” (Dias, 1999, p. 148). Frigotto (1991, p. 254), ao analisar os impactos das mudanças científicas e tecnológicas e suas implicações no campo educacional, defende uma educação politécnica de formação integral. Ao enunciar a questão da politécnica no contexto social vigente, o autor acentua que “é uma tarefa política e prática”, cuja “concreção, em maior ou menor intensidade, inscreve-se no movimento das relações de força que se travam no plano das relações sociais fundamentais”, ou seja, no plano político-econômico (Frigotto, 1991, p. 268). No sentido da educação integral, a temática perpassa os escritos de Marx (2010) e se concentra nos de Gramsci (1975; 1977; 1980;

1987), retomados por educadores como Sanfelice (2016), Dias (1999; 2006), Baldacci (2025), Meta (2025), entre outros.

Dos escritos de Gramsci sobre a educação, referimo-nos aos artigos de 1916 em diante, bem como a alguns fragmentos dos *Cadernos do Cárcere*, com a clara compreensão de que o tema perpassa todos os seus escritos, inclusive a correspondência com os familiares nos longos anos de prisão. Conforme Meta (2025, p. 350), na senda das *Teses contra Feuerbach*, de Marx, Gramsci define a educação como “luta para adaptar-se ao ambiente, mas também e especialmente para dominá-lo”.

Um ponto central para a reflexão sobre a questão pedagógica é o Caderno 10, que fornece respaldo gnosiológico para o aprofundamento do tema, no qual Gramsci afirma, de modo claro, que “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica” (Gramsci, 1977, p. 1331). Esta afirmação pressupõe a sustentação da pedagogia no movimento político de organização social e de estruturação do Estado.

Segue-se uma breve reflexão sobre a importância da educação integral para a formação de todos os trabalhadores e para a implementação de um novo projeto de sociedade. O pressuposto que rege nossa abordagem é o fato de Gramsci ter sido um revolucionário do início ao fim de sua breve vida e, a partir desse ponto de vista, ser fundamental para a nossa época, num momento de crise da educação, abandonada pelos poderes neoliberais, cujos interesses não contemplam direitos sociais.

Notas sobre o contexto histórico do qual se parte

Os condicionantes históricos que orientam os procedimentos educativos devem ser buscados na reorganização dos Estados nos pós-guerras, que instituíram o processo organizacional da política científica e tecnológica, engendrando as normas e os critérios para sua lapidação e seu desenvolvimento. A educação centralizada na estrutura escolar, à qual se reduz o tema no âmbito da sociedade capitalista, tenta responder aos interesses do sistema produtivo formando as classes trabalhadoras especificamente para o trabalho. Esta problemática tem sido desafiadora na realidade brasileira, lembremos a ingerência dos organismos internacionais nas orientações das políticas públicas, culminando na mais recente Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que se propõe a formação humana integral, para uma democracia inclusiva, etc., a orientação neoliberal se apresenta na formação de competências e habilidades condizentes com os marcos legais vigentes, condizentes com os objetivos das avaliações internacionais colocadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), além do Banco Mundial.

No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades (Brasil, 2017, p. 14).

Na citação acima, podem ser reconhecidos os pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam a legislação e orientam sua aplicação no sistema escolar: trata-se de educar o indivíduo, sem qualquer referência à sua situação social ou à sua identidade de classe. Uma política que não questiona a estrutura econômica e social serve para efetivar interesses dominantes e

consolidar a alienação que, no sistema de ensino, se concretiza na crença na neutralidade do pensamento e na naturalização das relações sociais. A inserção de novas tecnologias no mundo do trabalho tem exigido uma nova configuração do sistema de ensino, ao lado dos novos meios de comunicação de massa, que moldam o modo de pensar e de ser da população em geral e condicionam as opiniões políticas. A inserção de novas tecnologias da informação no sistema educativo pode ser importante como instrumento de acesso ao conhecimento; porém, no âmbito da luta de classes, os meios de comunicação de massa, reduzidos a meros instrumentos de informação, tornam-se instrumentos ideológicos de manutenção da subalternidade na formação subjetiva. A aprendizagem se concretiza quando a formação intelectual se funde com a ação ativa e criativa, que dá vida e direção ao individual inserido no coletivo.

Este quadro nos leva a refletir sobre os desafios a enfrentar para a formulação de políticas públicas que efetivamente expressem os interesses das classes subalternas para as quais, no dizer de Gramsci (1975c, p. 325), a educação assume importância central no processo de organização política e perpassa instituições como o Partido, Sindicatos, Associações de Cultura, jornais e as próprias organizações internas de fábrica.

A atividade intelectual e política de Gramsci caracteriza-se por uma análise constante da conjuntura política, com o objetivo de explicitar a importância da educação para as classes trabalhadoras e de preparar as condições subjetivas para a revolução. A necessidade de formação intelectual e integral era condição para a sustentação do processo de organização política, em vista do processo de organização revolucionária. Embora acentue a necessidade de formação, nosso autor rebate o intelectualismo e o dogmatismo de certos intelectuais italianos e reitera que o homem é criação histórica; a classe operária necessitava da formação articulada à atividade política no âmbito da luta de classes, pois historicamente as revoluções que se efetivaram foram precedidas por um intenso trabalho de crítica.

É sabido que a pedagogia gramsciana não pode ser separada de sua teoria do conhecimento nem de sua concepção política, tendo a filosofia da práxis como ponto central para a compreensão e a transformação da realidade. Gramsci foi um revolucionário que nunca abdicou de seus princípios e, ao refletir sobre hegemonia e Estado, tinha como horizonte a superação da sociedade capitalista e a construção de uma nova ordem social plena de liberdade. Como acentua Kapone (2025), ler Gramsci “não para reinterpretar o passado, mas para rearmar o presente”, para transformar o marxismo em um recurso teórico-prático de libertação.

Mas o caminho para esta compreensão nem sempre é fácil: o “homem ativo de massa age praticamente, mas não tem uma consciência teórica clara de sua ação”, que se caracteriza por “conhecer o mundo enquanto o transforma”. A “compreensão crítica de si mesmo”, base para a formação de uma identidade de classe, ocorre quando o conflito entre “direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois da política” alcança “uma elaboração superior da própria concepção do real”. Desta perspectiva, é preciso salientar “como o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa um grande progresso filosófico, além de político-prático, porque envolve e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética” articulada a uma concepção de mundo que superou o senso comum e se tornou crítica (Gramsci, 1977, Q 11, p. 1385).

Para aprofundar esta questão, é necessário partir dos escritos gramscianos de militância política, artigos que criticam os jornais burgueses e acentuam a necessidade de uma formação política muito além do sistema de ensino escolar. A escola italiana deveria ser laica, mas ensina a religião católica; os jornais burgueses apresentam suas ideias como se fossem neutras e representassem a verdade, mas, no fundo, expressam a ideologia burguesa, os valores liberais. A escola, os jornais e os meios de comunicação têm um ponto de vista de classe, e é preciso arrancar as suas máscaras.

Notas sobre educação e cultura da perspectiva de Gramsci

Para falar de educação integral a partir dos escritos de Gramsci precisamos esclarecer pontos que fundamentam este tema: primeiro, que a questão pedagógica não se refere exclusivamente ao sistema de ensino, mas permeia o debate que o autor enfrenta nos escritos jornalísticos na luta pela construção do socialismo; segundo, nos *Cadernos do Cárcere* o tema se amplia e pode ser constatado na questão da hegemonia, como acentuado explicitamente no Caderno 10 (1977, p. 1331), onde nosso autor salienta que a “relação pedagógica não pode ser limitada às relações especificamente escolares, por meio das quais as novas gerações entram em contato com as antigas” e, a partir daí, absorvem os valores culturais. Trata-se de uma relação que permeia toda a sociedade, entre cada indivíduo e os outros, bem como entre intelectuais e entre governantes e governados, com todas as mediações necessárias. “Toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo campo internacional”.

As relações de hegemonia se efetivam no Estado e nas relações internacionais, se esclarecem na noção de Estado “educador”, que amplifica e expande o significado de educação a fim de desvelar o seu significado na luta de classes: todo Estado tem a função de manter um certo tipo de civilização, de garantir direitos individuais para a convivência social, de assegurar a todos o acesso ao conhecimento e à cultura, a fim de superar certos valores e costumes substituindo-os por outros. Na verdade, trata-se de transformar a sociedade em sua estrutura, atuando sobre as forças econômicas, conforme um projeto político, e sobre a superestrutura, tendo o direito e os instrumentos de formação cultural para exercer esta função (Gramsci, 1977, Q. 13, § 11).

Neste contexto, a questão da educação torna-se fundamental no debate sobre a incumbência política do Estado e, nele, sobre a dos intelectuais nas relações de hegemonia. É o sistema educacional como um todo (escola, universidade, partido, sindicato, associações culturais, jornais etc.) que forma os intelectuais que atuam para a conservação ou a superação das relações sociais e políticas dominantes. Em artigo de 1919 sobre a escola, Gramsci salienta que, no “Estado dos Conselhos a escola representará uma das atividades públicas mais importantes e essenciais” na educação das novas gerações e na realização da sociedade comunista (Gramsci, 1987, p. 99).

A educação se define a partir do modo como se organiza a sociedade: na sua estrutura, nas relações de poder, na forma como se produzem as concepções de mundo. Desta perspectiva, a questão da educação no pensamento de Gramsci pressupõe a relação dialética entre sentir e compreender, própria da natureza do processo educativo, a partir da filosofia da práxis (Baldacci, 2025). Do mesmo modo, a cultura, definida na contraposição entre a perspectiva burguesa e as necessidades organizativas do movimento das classes populares, tem como pressuposto a luta de classes, a relação recíproca entre filosofia e política, própria da filosofia da práxis.

Chiara Meta (2025, p. 42-43), ao refletir sobre o princípio educativo no pensamento de Gramsci, acentua que se pode “definir como ‘pedagógica’ parte da atividade jornalística de Gramsci em Turim no período de 1915-1918”, em posição clara de que o “educador é também o formador de ‘consciências críticas’”. O olhar do jovem Gramsci volta-se ao “problema da educação dos trabalhadores, do proletariado, de todas as classes sociais que não gozaram do ‘privilegio de instruir-se’”.

O jovem sardo defendia uma educação integral, que implicava o acesso ao saber historicamente produzido, e não apenas a mera formação para o trabalho. Neste sentido, fixava a “exigência de uma cultura para o proletariado e, em geral, para as classes subalternas, que as libertasse da dependência e da atitude paternalista exercida pelos intelectuais burgueses” (Meta, 2025, p. 45). Partia da definição de cultura nos escritos jornalísticos:

É necessário perder o hábito e deixar de conceber a cultura como saber enciclopédico, no qual o homem é visto sob a forma de recipiente para encher e amontoar com dados empíricos, com fatos brutos e desconexos, que ele depois deverá arrumar no seu cérebro como nas colunas de um dicionário, para poder, então, em qualquer ocasião, responder aos vários estímulos do mundo externo (Gramsci, 1975 p. 22-23).

A cultura é expressão da vida e das relações sociais, que se traduzem em concepções de mundo. Cultura é movimento, relação entre pensamento e ação, enquanto o saber enciclopédico é estático, cristalizado e apresentado como universal quando expressa as formas de ser e pensar dominantes, de modo que de nada serve, pois a vida é movimento e contínua mudança. A cultura enciclopédica é abstrata e mistifica a realidade, servindo apenas à ostentação de um saber pretensamente superior, que viabiliza a manutenção de uma hierarquia social, na qual os intelectuais tradicionais, ao mantê-la, contribuem para justificar o instituído. A cultura popular é expressão da vida e articula teoria e prática, servindo para compreender o conjunto de relações que formam o social e o político, podendo tornar-se um instrumento de emancipação política.

Ao defender a criação de associações de cultura como órgãos de organização popular, Gramsci visa possibilitar aos trabalhadores o acesso ao conhecimento historicamente produzido, de forma crítica e atuante, como preparação para a atuação no movimento político de classe. Conhecer a história é uma das formas de desenvolver as próprias capacidades e avançar na luta pela emancipação política. Apropriar-se da cultura na perspectiva de transformação do presente, distinguindo-se enquanto classe, era o objetivo das Associações de cultura (Gramsci, 1975).

E assim como sei que a cultura é um conceito basilar do socialismo, porque integra e concretiza o vago conceito de liberdade de pensamento, assim gostaria que ele fosse vivificado por outro, pelo conceito de organização. Organizamos a cultura assim como procuramos organizar toda atividade prática (Gramsci, 1975, p. 146-147).

Desta perspectiva, a cultura não pode ser separada ou desarticulada da política, de modo que não se pode falar de um Gramsci culturalista. Trata-se de um modo de ser e de agir que se traduz em pensamento e em ação política, configurada como organização para a construção de um outro projeto de sociedade. A cultura tem sua principal expressão na linguagem que, assim “como a cultura que a cria, não se reduz à letra morta, mas é algo vivo e em movimento, expressão de relações sociais e políticas que se desenvolvem como disputa hegemônica”. As relações de poder que constituem a estrutura social e política tendem a fazer prevalecer a ideia de neutralidade linguística para formar um modo de pensar homogêneo (Schlesener, 2024, p. 5).

A este significado de cultura cabe acrescentar o sentido atribuído por Gramsci à formação individual, que condensamos na sua retomada da expressão socrática “Conhece-te a ti mesmo”, presente em artigo da juventude e retomada nos *Cadernos do Cárcere*. A expressão socrática, na interpretação gramsciana, não define introspecção, tanto que a subjetividade se produz na inter-relação com os outros, com a sociedade como um todo. Quando faz a pergunta: “O que é o homem?”, responde que o “homem é um processo, precisamente o processo de seus atos” e, neste contexto, a pergunta implica refletir sobre “o que o homem pode se tornar”, se ele tem condições de “controlar seu próprio destino” (Gramsci, 1977, Q. 10, § 54, p. 1343-1344).

O homem precisa ser entendido não isoladamente, mas como interagindo em sociedade, num contexto pleno de “possibilidades oferecidas pelos outros homens e pela sociedade das coisas, da qual não pode deixar de ter um certo conhecimento” (Gramsci, 1977, Q. 10, § 54, p. 1346). Por “sociedade das coisas” entende-se o processo social de organização estrutural da sociedade e a participação dos indivíduos no movimento coletivo de produção e reprodução material e de pensamento cultural; o procedimento educacional precisa levar este pressuposto em consideração e atuar de forma organizacional e interativa. A organização se apresenta como a realização de um

trabalho coletivo em torno de um projeto emancipatório que não cabe no interior dos critérios de relacionamento da sociedade capitalista, cuja forma de vida é individualista, desagregada, exterior, marcada pela astúcia e pela violência, que desconhece a experiência de vida coletiva.

A organização, para o proletariado, no campo de sua classe, substitui já necessariamente o individualismo absorvendo deste o que contém de eterno e de racional: o sentido da própria responsabilidade, o espírito de iniciativa, o respeito pelos outros e a convicção de que a liberdade para todos é a única garantia das liberdades individuais (Gramsci, 1975a, p. 188).

Encontramos, nos artigos jornalísticos escritos entre 1916 e 1926, vários pontos em que Gramsci diferencia o processo de conhecimento a partir do ponto de vista individualista característico da sociedade burguesa e o processo de formação necessário aos trabalhadores: a diferença entre livre pensamento e pensamento livre, por exemplo, procura demonstrar que a liberdade tem significados diferentes a partir das perspectivas de classe. A liberdade subjetiva e individual que se traduz na liberdade de pensamento precisa dar lugar a uma liberdade construída a partir do compromisso coletivo de planejar e estruturar a vida social, o que se denomina aqui pensamento livre. Eu, enquanto indivíduo, não serei livre enquanto houver um ser humano escravizado ou subjugado de qualquer outra forma de submissão.

Assim, também a expressão socrática “conhece-te a ti mesmo” é posta do avesso por Gramsci, que subverte o seu sentido. Conhecer-se, para Gramsci, só pode ocorrer no contexto social, por meio do outro, da experiência histórica e do trabalho coletivo na formação da identidade de classe. A formação da subjetividade ocorre no processo de formação social, na tomada de consciência das relações vividas, na compreensão de que somos livres na medida em que reconhecemos os nossos condicionamentos, enquanto frutos das múltiplas determinações.

Os trabalhadores, além de serem alfabetizados, necessitam de uma escola completa, que abranja o saber humano em todas as suas áreas e aspectos, articulando as experiências cotidianas com a luta política, o que justifica o esforço de aprendizagem. Ao tratar da experiência do Jornal L'Ordine Nuovo como uma prática de formação continuada que visava a iniciar a atividade de uma escola socialista, Gramsci acentua que esta nova vivência desperta o entusiasmo dos trabalhadores que “quando leem os cantos dos poetas ou ouvem os nomes dos artistas e dos pensadores, se perguntam com mágoa: ‘por que a escola não ensinou estas coisas também a nós?’” (Gramsci, 1975a, p. 452). A escola socialista tenderá a possibilitar às classes trabalhadoras o acesso a todas as áreas do saber historicamente produzido.

Para as classes subalternas, o processo educativo tem uma dimensão política que perpassa a estrutura escolar. Diante dos limites da escola pública italiana, Gramsci defende, durante o período de sua atuação política, a criação de associações culturais como centros de formação política e cultural. A defesa de uma escola de formação integral, pública e laica perpassa constantemente os seus escritos, como se constata no artigo *A primeira pedra* (Gramsci, 1980), cujo tema é um encontro de intelectuais e políticos para discutir o problema da educação popular sob a perspectiva das necessidades da ordem instituída. Gramsci reconhece a importância da escola na formação da cidadania, mas faz sérias objeções às propostas do evento, que primou pelo elogio ao “trabalho escolar, suas vantagens, suas altas finalidades”, além das recorrentes promessas, sempre vazias, de melhoramento e empenho (Gramsci, 1980, p. 642):

Que a classe dirigente e os intelectuais que estão a seu serviço queiram impor para as grandes massas de trabalhadores rurais e urbanos um plano de educação que sirva para formar um estado de consciência e uma mentalidade conforme a seus objetivos de dominação é coisa muito natural e toda a história das instituições pedagógicas a confirma (Gramsci, 1980, p. 642; Schlesener, 2017, p. 1036).

A questão da escola pública tem implícita a forma de laicidade, mesmo tratando-se do fato de as religiões fazerem parte da cultura. Gramsci levantou esta indagação em um artigo de 1916, que recupera a carta de um pai sobre as contradições entre a religião ensinada na escola e as crenças familiares, como um problema que o Estado deveria resolver de modo liberal, deixando para as famílias a tarefa da educação religiosa (Gramsci, 1975b).

Gramsci defendia uma escola mantida pelo Estado, pressuposto para o exercício de um pensamento livre, como expõe no artigo *La libertà nella scuola*, publicado em 14 de setembro de 1918 no jornal *Grido del Popolo*: uma escola livre da influência da iniciativa privada, para garantir a liberdade de expressão. A posição de Gramsci se colocava contrária aos interesses da Igreja Católica, que reivindicava uma “escola livre do monopólio do Estado” a fim de exercer sua influência religiosa (Gramsci, 1982, p. 291).

Na verdade, a escolha de uma religião é ideológica e individual ou de grupo, e o Estado não deveria atuar no condicionamento dessas escolhas. O sentido de um Estado laico se expressa no fato de o Estado não defender uma religião específica, mas de garantir a todas as religiões a possibilidade de manifestação, inclusive na escola. Na Itália, a escola sempre foi disputada entre duas grandes instituições: a Igreja Católica e a Maçonaria. As classes trabalhadoras, que são as mais interessadas no assunto, nunca são chamadas a opinar sobre um tema que atinge suas convicções e que, no contexto do antagonismo de classes, desempenha uma função política fundamental. A defesa de uma escola laica e de uma educação civil, com respeito aos interesses culturais das classes trabalhadoras, é indispensável à formação do pensamento crítico.

Escola confessional ou escola laica, velhos termos antagônicos entre os quais se fechava o debate sobre o tema da educação do povo, já superados para sempre. Infelizmente, muitos homens do nosso partido ainda caem nesse erro e acreditam ter dito tudo quando formularam o programa anticlerical vazio, que se sintetiza na frase estereotipada: *escola laica e educação civil* (Gramsci, 1980, p. 642 – grifos do autor).

É necessário dar ao programa de educação popular um novo conteúdo, que responda às suas necessidades mais imediatas, bem como às suas expectativas para o futuro. Gramsci (1980, p. 642) defende uma educação popular que forme para a autonomia intelectual e política, pois a “primeira emancipação da servidão política e social é aquela do espírito”.

O tema retorna nos *Cadernos do Cárcere* onde Gramsci acentua que, “além da escola em seus vários graus, existem outros serviços que não podem ser deixados à iniciativa privada, mas devem ser assegurados pelo Estado” por serem a garantia de formação integral dos trabalhadores: entre eles, “as bibliotecas e os teatros, além dos museus de vários gêneros, as pinacotecas, os jardins zoológicos, jardins botânicos, etc.”, todas as instituições dedicadas à cultura e à formação pública e que se articulam no processo de educação integral (Gramsci, 1977, Q. 14, § 56, p. 1714-1715).

Por uma escola pública de formação integral

Retomar a defesa de uma escola pública e laica, de formação integral, no contexto do capitalismo, neste momento em que ele se reconfigura com a revolução tecnológica, que se apresenta como uma mudança de época, se traduz em um grande desafio. Trata-se de uma dificuldade ainda maior num país que ainda não superou os entraves do colonialismo, com a exploração econômica de suas matérias-primas e a sujeição a acordos internacionais, principalmente na área da educação. As históricas e profundas desigualdades sociais resultantes de séculos de um capitalismo dependente incidem sobre as condições de trabalho e sobre a exclusão de grandes parcelas da população do processo de implementação de novas tecnologias. A

formulação de políticas públicas que visem a inserir os excluídos no processo produtivo tem sido um dos grandes desafios para garantir os elementos fundamentais da cidadania.

A Constituição de 1988 prevê, em seu artigo 6º, que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. A garantia da educação pública e laica na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) enfrenta dificuldades para ser concretizada diante da implementação do ideário neoliberal e do retorno do conservadorismo mais retrógrado ao cenário político brasileiro nesta segunda década do século XXI. Torna-se fundamental a defesa da escola pública e laica, de formação integral, imprescindível para amenizar a exclusão e garantir algum nível de cidadania às classes populares. O processo educativo precisa estimular a criatividade, incentivar a autonomia decisória, promover a solidariedade e o trabalho coletivo, sempre encorajando a investigação e a pesquisa científica. O novo cenário econômico, político e ideológico que se formou nestes primeiros 26 anos do século XXI exige uma mudança estrutural no sistema educacional que contemple a criatividade, a solidariedade e a autonomia dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Esta perspectiva se fundamenta nos escritos de Gramsci dedicados à educação, nos quais o autor defende uma escola pública, laica e gratuita garantida pelo Estado a todos os estratos sociais. Concordamos com Nosella (1991, p. 137), que afirma que o “núcleo conceitual e experiencial elaborado por Gramsci antes do cárcere, isto é, durante seu processo de formação e durante sua prática de militância política” é o fundamento das reflexões carcerárias. Assim, o conceito de hegemonia pode ser encontrado nos Escritos Políticos na “histórica relação entre o proletariado industrial e as massas pobres do campo”. Assim também os conceitos de trabalho, intelectual orgânico, revolução, educação e outros.

Retomando os Cadernos do Cárcere, concentramo-nos no Caderno 12, cujos fragmentos tiveram sua primeira redação no Caderno 4. Em linhas gerais, cabe ao Estado garantir as condições de formação, de acesso ao conhecimento e à cultura historicamente produzida, de autonomia de pensamento e de debate amplo de ideias. A riqueza das reflexões que podem ser geradas a partir destes cadernos reside na explicitação do que seja a filosofia da práxis, enquanto relação recíproca entre teoria e prática, a fim de trazer a teoria para a análise e compreensão da realidade.

É necessário ter clareza sobre o princípio educativo de Gramsci, que pressupõe dois pontos fundamentais: 1) sustenta-se na relação entre trabalho e educação, tendo como referência sua militância política; 2) a questão da educação tem como horizonte a construção do socialismo e, consequentemente, da escola unitária. Desta perspectiva, Gramsci se expressa sobre o fundamento da escola primária, que precisaria ser o “conceito de trabalho, que não pode se realizar em toda a sua potencialidade de expansão e de produtividade sem um conhecimento exato e realista das leis naturais”, bem como se deve conhecer também a “ordem legal que regulamenta organicamente a vida dos homens entre si, ordem que deve ser respeitada por convicção espontânea e não apenas por imposição externa”. Este tipo de aprendizagem fundamentada no trabalho e na convivência social, que expressa a “atividade teórico-prática dos homens”, cria as condições de liberdade e uma concepção de mundo que supera toda magia e feitiçaria, possibilitando o desenvolvimento de uma “concepção histórica e dialética do mundo” (Gramsci, 1977, Q. 12, p. 1541).

A escola, com seus programas, precisa considerar que a “consciência individual da grande maioria das crianças reflete relações civis e culturais variadas e antagônicas daquelas representadas pelo currículo escolar”. Gramsci acentua que, na escola italiana gerida pela Reforma Gentile, “não há unidade entre escola e vida”, o que precisaria ser superado para tornar a educação verdadeiramente integral (Gramsci, 1977, Q. 12, p. 1542). Uma educação integral implica a

confrontação entre duas concepções de mundo, a fim de sair de uma subjetividade subalterna para uma subjetividade crítica e operante: é o que significa superar o senso comum.

A escola precisa criar o vínculo com a vida e esta, para Gramsci, é uma tarefa especialmente do professor, cujo trabalho vivo tem a incumbência de fazer a ligação entre instrução e educação, “na medida em que o professor é consciente dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura que ele representa e o tipo de sociedade e de cultura representado pelos alunos” tendo, portanto, clareza da sua tarefa formativa (Gramsci, 1977, Q. 12, p. 1542). Em linhas gerais, a característica de uma educação integral reside na possibilidade de estabelecer os elos entre instrução e educação, entre teoria e prática; ou seja, exige que o professor tenha consciência crítica e conhecimento sobre a importância e a dimensão do seu trabalho educativo.

Breve conclusão

Os escritos de Gramsci têm sido fundamentais para a compreensão da sociedade capitalista em suas novas formas de estruturação e nas relações de poder que a constituem, podendo gerar reflexões críticas que permitem adaptar seus pensamentos a novas circunstâncias. Não se pode transformar esta sociedade, fato que parece, muitas vezes, esquecido por seus intérpretes. Isto também se aplica à educação.

Ainda nas palavras de Gramsci (1980, p. 642), a educação dos trabalhadores “deve ser formulada e efetivada por órgãos que o próprio proletariado constituiu em defesa dos próprios interesses”. Um processo formativo que implica a existência e consolidação de partido e sindicatos: “A escola popular deve ser colocada sob o controle dos grandes sindicatos operários. O problema da educação é o máximo problema de classe e só pode ser resolvido sob o ponto de vista de classe, que é o único que permite a valoração proletária das instituições sociais e das leis” (Gramsci, 1980, p. 643).

A educação é a base do futuro das novas gerações e o pressuposto da esperança na construção de uma nova sociedade. Uma educação integral é o fundamento de mudanças estruturais que possibilitem a renovação da vida e da sociedade. No dizer de Gramsci, o desinteresse da classe burguesa pela escola é evidente, tanto que, no Estado democrático-parlamentar, os “Ministros da Educação pública assumem o cargo porque pertencem a um partido político”, ou seja, são escolhidos a partir de acordos e frentes amplas que viabilizem a governabilidade, e não por sua competência educativa (Gramsci, 1975c, p. 255).

Não se pode nem afirmar, em consciência, que a classe burguesa oriente a escola para seus fins de domínio: se isso acontecesse, significaria que a classe burguesa tem um programa escolar e o persegue com energia e retidão; a escola seria uma coisa viva. Mas não é: a burguesia, como classe que controla o Estado, se desinteressa da escola, deixa que os burocratas façam e desfaçam a seu bel-prazer, que os Ministros da Educação pública sejam escolhidos conforme os caprichos da concorrência política, pela intriga das facções, para alcançar o equilíbrio feliz dos partidos na composição dos gabinetes (Gramsci, 1975c, p. 255).

Este artigo de Gramsci foi publicado em 1919, mas sua atualidade é evidente. A escola poderia até ser um importante instrumento de politização para as classes dominantes, mas é entendida primordialmente como um espaço de formação para o trabalho. Conforme Benedetti e Coccoli (2018, p. 169), “para Gramsci a escola tem a tarefa de formar pessoas independentes e criativas, seja a nível intelectual, que a nível prático”, num percurso que deve durar ao menos 10 anos. No Caderno 12, pensando a partir da escola italiana, Gramsci aborda o tema da escola única, com formação inicial em cultura geral, humanista e formativa para, depois, encaminhar os alunos para formações específicas:

A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que concilie de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (técnica e industrialmente) e o desenvolvimento da capacidade de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, por meio de repetidas experiências de orientação profissional, se passará a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo (Gramsci, 1977, Q. 12, § 1, p. 1531).

Uma escola pública, laica, de educação integral, deveria possibilitar a todos, sem distinção de classe ou posição social, as condições necessárias para se tornarem dirigentes. Para tanto, deveria proporcionar acesso ao conhecimento historicamente produzido de forma crítica e criativa, relacionando teoria e prática e mostrando que, na sociedade moderna, o primado é da política. Uma escola deste tipo teria de ter como base, para além da democracia parlamentar, uma sociedade democrática efetiva.

Embora seja um autor que escreveu a partir de sua militância política no início do século XX, suas reflexões apresentam grande atualidade para a discussão da escola pública brasileira e de suas contradições, auxiliando-nos a examinar a realidade presente e a pensar os caminhos do futuro para as classes subalternas.

Resta saber se conseguiremos criar as condições de resistência e defesa de uma escola pública, laica e de educação integral em tempos conservadores, em que a “expropriação continuada dos direitos dos trabalhadores” em dimensões mundiais, com a transferência de recursos públicos para o setor privado, inviabiliza tal defesa (Sanfelice, 2016, p. 98). É possível uma política educacional emancipatória no contexto da sociedade capitalista? As brechas são pequenas e trata-se sempre de um trabalho de Sísifo, quando o capitalismo tira vantagem de suas próprias crises, subordinando a produção social de riquezas aos interesses privados de setores das classes dominantes. Uma ação que se torna cada vez mais difícil diante da reconfiguração da ordem do capital, que acelera a concentração de renda e aumenta desmesuradamente a desigualdade social. Neste contexto, defender e lutar por uma educação integral para a apropriação do conhecimento, que possibilite a emancipação intelectual e política das classes subalternas, é fundamental e urgente.

Referências

- ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo: Unesp, 1996.
- BALDACCI, M. Filosofia della praxis e educazione in Gramsci. **International Gramsci Journal**, Urbino, v. 6, n. 1, p. 06-30, 2025. DOI: <https://doi.org/10.14276/igj.v6i1.4911>
- BANDEIRA, L. A. M. **A desordem mundial**: o espectro da total dominação. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- BENEDETTI, G.; COCCOLI, D. **Gramsci per la scuola**: conoscere è vivere. Roma: L'Asino d'oro, 2018.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, SEB, 2017. Disponível em: https://cdn.mec.gov.br/basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versa_ofinal_site.pdf. Acesso: 24 Ago. 2026.
- DIAS, E. F. **Política brasileira**: embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Sundermann, 2006.
- DIAS, E. F. **A liberdade (im)possível na ordem do capital**: reestruturação produtiva e passivização. Campinas: IFCH/Unicamp, 1999.

FRIGOTTO, G. Trabalho, educação e tecnologia: treinamento polivalente ou formação politécnica? In: SILVA, T. T. da. **Trabalho, educação e prática social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 254-274.

GRAMSCI, A. **Scritti giovanili (1914-1918)**. Torino: Einaudi, 1975.

GRAMSCI, A. **Sotto la mole (1918-1920)**. Torino: Einaudi, 1975b.

GRAMSCI, A. **L'Ordine Nuovo**. Torino: Einaudi, 1975c.

GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**. 2. ed. Torino: Einaudi, 1977.

GRAMSCI, A. **Cronache torinesi (1913-1917)**. Torino: Einaudi, 1980.

GRAMSCI, A. **La città futura (1917-1918)**, (a cura di Sergio Caprioglio). Torino: Einaudi Editore, 1982.

GRAMSCI, A. **L'Ordine Nuovo (1919-1920)**, (a cura di Valentino Gerratana e Antonio A. Santucci). Torino: Einaudi Editore, 1987.

KAPONE, P. Gramsci disarmed: how empire turned a communist strategist into a cultural mascot. **Weaponized Information – Glossary of Concepts and Terms**. 2025. Disponível em: https://weaponizedinformation.com/2025/12/23/gramsci-disarmed-how-empire-turned-a-communist-strategist-into-a-cultural-mascot/?fbclid=IwY2xjawO6iwtleHRuA2FlbQIxMQBzcnRjBmFwcF9pZBAyMjIwMzkxNzg4MjAwODkyAAEeOp1dHHj5TLWjakdv6JbytpuQqKSiAmyVSwtIp7VTkIrxmfnAYrV4TxjTyTE aem_NY_z_6WdbVI9kxoaQyArsg

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2009.

META, C. Antonio Gramsci e la ricerca del “principio educativo”. **International Gramsci Journal**, Urbino, v. 6, n. 1, 2025. DOI: <https://doi.org/10.14276/igj.v6i1.4894>

NOSELLA, P. O trabalho como princípio educativo em Gramsci. In: SILVA, T. T. da. **Trabalho, educação e prática social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991, p. 134-159.

SANFELICE, L. J. A crise do capitalismo e seus impactos na educação brasileira. In: LOMBARDI, J. C. (org.). **Crise capitalista e educação brasileira**. Uberlândia: Navegando, 2016. p. 95-100.

SCHLESENER, A. H. Antonio Gramsci: escritos sobre educação e política (1916-1919) – (Tradução). **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, p. 1035-1040, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.12i3.020>

SCHLESENER, A. H. Educação e linguagem: notas sobre o aprendizado e a realidade. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 19, e22640, p. 1-12, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.19.23151.049>

Recebido em: 20/03/2026

Versão corrigida recebida em 06/08/2026

Aceito em 10/08/2026

Publicado online em: 25/08/2026